

Governando a China: a quinta geração assume o poder

Amaury Porto de Oliveira*

RESUMO

O presente artigo retrata a chegada da Quinta Geração ao poder do governo chinês por meio das eleições do Partido Comunista da China realizada em 8 de novembro de 2012. Esse evento ocorre a cada cinco anos, iniciado pelo Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC), no qual são realizados seminários temáticos e reuniões regionais e um conclave para definir os nomes dos delegados que comporão o Comitê Central pelos próximos cinco anos.

Palavras-chave: China; Partido Comunista da China (PCC); eleição; Política Internacional.

* * *

ABSTRACT

This article depicts the arrival of the Fifth Generation of Chinese government to power through elections of the Communist Party of China held November 8, 2012. This event that occurs every five years, was launched by the National Congress of the Communist Party of China (CPC), among which thematic seminars and regional meetings are performed and a conclave to define the names of the delegates who will compose the Central Committee for the next five years.

Keywords: China; Communist Party of China (CPC); election; International Politics.

* Embaixador aposentado. Ao longo de 45 anos de carreira teve a oportunidade de especializar-se no acompanhamento dos problemas energéticos e tecnológicos, no contexto das relações internacionais. Foi embaixador em Cingapura de 1987 a 1990. É também membro do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), em São Paulo. Mantém-se ativo como conferencista e ensaísta nos assuntos asiáticos, com ênfase em China. E-mail: amaurypoliveira@bol.com.br

* * *

RÉSUMÉ

Le présent article décrit l'arrivée au pouvoir de la Cinquième Génération de gouvernement chinois, par des élections du Parti Communiste de Chine organisées le 8 Novembre 2012. Cet événement se produit tous les cinq ans, initié par le Congrès National du Parti Communiste Chinois (PCC), au cours desquels ont lieu des séminaires thématiques, des réunions régionales et un conclave pour définir les noms des délégués qui composent le Comité Central pour les cinq prochaines années.

Mots-clés: Chine, le Parti communiste chinois (PCC); élection; politique internationale.

* * *

RESUMEN

El presente artículo retrata la llegada de la Quinta Generación al poder del gobierno chino, mediante las elecciones del Partido Comunista de China, realizada el 8 de noviembre de 2012. Este evento tiene lugar cada cinco años, iniciado por el Congreso Nacional del Partido Comunista de China (PCCh), abarca entre otras actividades, seminarios temáticos y reuniones regionales y un conclave para definir los nombres de los delegados que conformarán el Comité Central para el próximo período.

Palabras-clave: China; Partido Comunista de China (PCC); elección; Política Internacional.



Introdução

A 8 de novembro de 2012, instalou-se em Pequim o XVIII Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC), evento que depois da morte de Mao Zedong passou a repetir-se com regularidade a cada cinco anos. A preparação dos Congressos começa com grande antecedência, mediante seminários temáticos e reuniões regionais, ao longo dos quais toma corpo a agenda do conclave e vão-se definindo os nomes dos delegados que a ele comparecerão. São cerca de 2 mil delegados, dentre os quais serão escolhidos 200 membros plenos e 150 suplentes do Comitê Central (CC),

o órgão máximo do partido, com mandato de cinco anos, e que se mantém em contínua ressonância com a evolução política e econômica do país, graças a uma renovação de cerca de cinquenta por cento dos seus integrantes, a cada Congresso.

Tão logo se encerra o Congresso, o novel CC realiza sua primeira reunião plenária para a eleição, dentre os seus quadros, a escolha dos 25 membros que comporão o Birô Político (BP). A existência desse BP é uma herança leninista e tem causado embaraços no funcionamento do partido, em virtude da dispersão da maioria dos membros por províncias interiores, onde eles obtêm uma autoridade local com tendência a manter independência diante das decisões do centro. Exemplo extremo foi o caso recente de Bo Xilai, membro do BP que se arvorou em reizinho do Município Autônomo de *Chungking* e, conforme as evidências, estava preparando sua entrada forçada no Comitê Permanente do Birô Político (CPBP), a fim de lançar-se a voos maiores. Esse CP é, para efeitos práticos, o centro do poder na República Popular da China (RPC). Compõem-no membros do BP que não vão para o interior, permanecendo em Pequim para cuidar do dia a dia da vida do país. Sua amplitude tem variado. Foi de cinco membros sob Deng Xiaoping, depois passou para sete, nove e de novo sete no momento. De todo modo, estão nele incluídos o Secretário Geral do PCC, que pode ou não acumular as funções de Presidente da República; o Primeiro Ministro, o chefe do Legislativo, isto é, a Assembleia Nacional Popular (ANP); e outros funcionários de ponta.

O CPBP tem a função especial de fornecer a face pública da “geração” no poder, na China. Trata-se aí de um tipo de governo, reconhecido por importantes sociólogos como Emile Durkheim e Karl Mannheim, que veio a institucionalizar-se na RPC por meio de soluções práticas que Deng Xiaoping, o supremo pragmático, foi sabendo encontrar para as necessidades da luta política. Já em 1980, quando mal começavam as reformas das “Quatro Modernizações”, Deng passou a preocupar-se com a formação das futuras lideranças do partido, dando início à seleção de dirigentes que fossem “mais revolucionários, mais jovens, mais instruídos e mais especializados”. Ele começou a falar de si mesmo e desses novos quadros como a “segunda geração”, em contraste com a “primeira geração” da era maoista. As reformas postas em marcha por Deng e suas rigorosas medidas de aprisionamento do partido e do governo provocaram resistência da parte da velha guarda do regime.

Dois quadros sucessivamente escolhidos por Deng para sucedê-lo na liderança suprema – Hu Yaobang e Zhao Ziyang – foram compelidos a deixar a cena política. As iniciativas do segundo, em particular, provocaram muita polêmica e contribuíram para os trágicos acontecimentos de *Tiananmen*, em maio de 1989. Zhao Ziyang foi destituído do seu posto de Secretário Geral do partido e, mais adiante, da condição de Primeiro Ministro. Tornou-se urgente a nomeação de um novo Secretário Geral, vindo a escolha a recair sobre Jiang Zemin, o secretário do partido em Xangai, que se destacara pela maneira firme, mas não sangrenta, de como soubera tomar sob controle manifestações populares, como as que haviam ocorrido em Pequim. Deng foi o responsável por essa escolha, e, determinado a não ver fracassar um terceiro candidato à sua sucessão, empenhou-se em dar maior substância à figura de Jiang Zemin, pondo em relevo a posição de “núcleo da Terceira Geração” de dirigentes que lhe caberia.

Deng estava aí atacando, de frente, uma das maiores deficiências dos partidos de inspiração leninista: a falta de normas processuais para a substituição da liderança suprema, quando fatalmente alcançada pela senilidade. A RPC é o único país do antigo bloco comunista que soube resolver, com um toque de democracia, este problema crucial. Em dois momentos, já se realizou sem choques abertos a passagem do bastão do governo: da Terceira para a Quarta Geração (no XVI Congresso Nacional do PCC, em 2002) e, agora, com a chegada da Quinta Geração. Na visão pragmática de Deng, coortes de dirigentes em uma certa faixa etária e grandemente coincidentes nos seus posicionamentos políticos vão suceder-se, em um encadeamento de gerações com atuação previsível de dez anos cada, presidindo ao desenvolvimento e à modernização da China. Normas estatutárias foram introduzidas para definir a duração de mandatos e os limites de idade para as diversas instâncias do partido e do governo, as quais vêm sendo satisfatoriamente obedecidas.

Enquanto forma de governo, a geração é reconhecidamente elitista, oligárquica. A China não foge à regra, mas seus dirigentes não provêm de alguma oligarquia rural ou militar. Eles saem do CC, a instituição-chave do regime, que, como mencionado, é instância em constante renovação, para ali continua a convergir a nata dos dois estamentos que fizeram e continuam a sustentar a Revolução Chinesa: o PCC e o Exército de Libertação Nacional (ELP). E já agora a vanguarda de outros estratos sociais como a robusta burocracia governamental, que funciona em paralelo e com influência crescente junto à estrutura organizacional do partido; as

universidades e instituições de ciência e tecnologia; e até, de alguns anos para cá, representantes do empresariado privado.

A consolidação da geração como a forma de governo da RPC coincidiu com a análise aprofundada a que se lançaram as instâncias superiores do PCC, no começo dos anos 1990, das razões do colapso da União Soviética. Uma das principais conclusões dessa análise foi a de que não havia melhor receita para a derrocada de um partido-Estado do que o regime que se deixava ossificar, preso a ideologia dogmática, com organizações partidárias adormecidas, economia estagnada e isolada do contexto mundial. O dinamismo que o modelo da geração, com sua rotatividade na direção suprema do partido e do Estado, introduzia na vida política, precipitava, ao contrário, reformas intrapartidárias e medidas de amplo alcance econômico e social, com o consequente fortalecimento da capacidade de governar do PCC. A propósito dessas reformas e medidas, vale citar o sinólogo americano David Shambaugh, conhecido analista da vida política da RPC:

A totalidade e eficácia das reformas refuta a imagem prevalente entre os jornalistas e estudiosos ocidentais da China (mesmo alguns baseados no interior do país), segundo os quais não houve qualquer reforma política na China, onde o sistema político permaneceria emboradado e suscetível de sucumbir diante da marcha inevitável da democracia. Os analistas ocidentais tendem a não dar muita atenção às reformas que acontecem, porque elas são incrementais e ocorrem no âmbito de um partido único, com o objetivo de fortalecer o sistema, em vez de buscar sua substituição. (SHAMBAUGH, 2008, p. 2)

O Professor Hu Angang, da Universidade *Qinghua*, é um dos intelectuais mais influentes da RPC, põe em relevo diferença fundamental entre o movimento de reformas e abertura iniciado na China no final dos anos 1970, e as reformas tentadas na mesma época nos países do Leste Europeu, na União Soviética inclusive (AGANG, 2011). Nestes últimos, saltos bruscos foram ensaiados por facções “rebeldes”, no quadro de partidos monolíticos. Na China, os dirigentes trataram primeiro de criar consenso político em torno do que chamaram de “modelo de reforma pela emancipação das mentes”. Em junho de 1978, em uma reunião política organizada pelos militares, Deng Xiaoping conclamou formalmente a cúpula do regime a romper os grilhões mentais que vinham limitando a capacidade de inovação dos líderes. Ainda em 1978, Deng escreveu um artigo, que

ficou famoso como “O Discurso sobre a Prática”, no qual ele martelava a ideia de que a prática é o único critério da verdade. Não existem verdades reveladas. Nem na Bíblia, nem no Corão. Tampouco nos escritos de Marx, Engels, Lenin ou Mao Zedong. Cabe ao cidadão encontrar a verdade de cada momento, mediante análise criteriosa dos fatos. Esse artigo foi reproduzido em todos os grandes jornais do país, e serviu de base para um debate nacional de três anos.

O dinamismo criado pelo encadeamento das gerações vem aumentando, visivelmente, a capacidade de aprender dos dirigentes chineses, com o consequente fortalecimento da aptidão do PCC a governar. David Shambaugh destaca a maneira como têm sido intensificadas a adaptabilidade e a flexibilidade do partido. E Eric X. Li, em um artigo em *Foreign Affairs* (Jan/Fev 2013), vê nessa adaptabilidade, com a adição do sistema de meritocracia cada vez mais seguido, a garantia de que o PCC será capaz de enfrentar os desafios bem reais com que se defronta. A tese de que um regime de partido único é inherentemente incapaz de autocorrigir-se não corresponde ao registro histórico. Assevera Eric X. Li que nos seus 63 anos no poder o PCC demonstrou extraordinária adaptabilidade. Sem nunca perder de vista a meta da saúde econômica, soube sempre encontrar uma alternativa, se determinada política não funcionava. Isso ocorreu também no quadro institucional. Nos anos 1980 e 1990, limites de idade para o exercício dos altos cargos partidários foram sendo introduzidos com o objetivo de impedir que seus ocupantes acumulassem poder e perpetuassem seus mandatos. “Hoje, é quase impossível para os poucos dirigentes no topo da pirâmide estender sua permanência no poder.”

Um bom exemplo do efeito positivo da sucessão de gerações, com suas especificidades refletindo a evolução socioeconômica do país, é dado pela maneira como se mantém vivo o marxismo-leninismo na pregação ideológica do PCC. Para os críticos ocidentais, o marxismo-leninismo tornou-se totalmente irrelevante nas condições do século XXI, vindo mesmo a ser um embaraço no caminho da modernização da China. Não é isso, porém, o que pensa o PCC, que não abdica da sua história de partido comunista. O que o partido tem procurado fazer, desde o início das reformas de Deng Xiaoping, é ir adaptando a ideologia a decisões políticas tomadas com base em necessidades práticas não ideológicas. A marcha das gerações surgiu como meio ideal para esse exercício.

Na síntese magistral de David Shambaugh (2008), desde que Deng ensinou a captar a verdade nos fatos,

o PCC inverteu o papel da ideologia no processo político chinês. Antes, a relação entre ideologia e política era do tipo dedutivo. Ou seja, as políticas derivavam largamente de uma série de princípios ideológicos, que as justificavam. Deng e seus seguidores viraram isso de cabeça para baixo. A partir deles, a ideologia tornou-se um meio indutivo de dar validade a realidades empíricas. (...) A ideologia por certo não morreu, após as reformas de 1978, mas sua natureza e suas funções mudaram fundamentalmente.

Procurando não repetir os erros da União Soviética, que deixou a ideologia tornar-se estagnada, rígida, sem imaginação, ossificada e desligada da realidade, os chineses concluíram pela “necessidade de inventar novos conceitos”, amplamente fundamentados em princípios marxistas, ainda que tênues, mas presos de todo modo às condições locais. Em suma, ideologia “com características chinesas” (*op. cit.*:105). Ganha sentido, assim, a prática de o dirigente-líder de cada geração sintetizar sob um novo conceito teórico as inovações que ele vai sendo levado a introduzir, no comportamento do partido e na vida socioeconômica do país. Inovações que ampliam a base de apoio do regime, contradizendo o refrão ocidental de que o PCC só se sustenta, hoje, sobre os pilares do crescimento econômico e do nacionalismo.

Para concluir esta seção, vou tentar captar a marcha desses novos conceitos, vistos hoje na China como etapas na evolução do pensamento marxista. Em uma série de pronunciamentos feitos entre fevereiro de 2000 e julho de 2001, o então Secretário Geral e núcleo da Terceira Geração, Jiang Zemin, desenvolveu com o suporte de dois assessores, cientistas políticos egressos de universidades de Xangai, o conceito das “Três Representações”. O PCC, dizia-se, deixou de ser a vanguarda da classe operária.

A revolução comunista já fora feita, na China. As metas do PCC haviam mudado. Como consequência, em vez de organização empenhada em fazer a revolução proletária, tinha-se agora um partido desenvolvimentista, capaz de representar três novas realidades: (1) as forças produtivas avançadas da sociedade; (2) a vanguarda da cultura moderna chinesa; (3) os interesses da vasta maioria do povo. Por trás dessa enunciação escondia-se mudança radical na filosofia do PCC, com efeitos sobre a composição e a orientação do partido. Os dirigentes da Terceira Geração chegavam à verificação de que se tornara irrealista limitar o recrutamento de novos militantes a indivíduos de origem proletária. Era preciso abrir as fileiras do PCC a elementos de vanguarda, fossem intelectuais ou empresários. Em um discurso de maio de 2000, Jiang Zemin alertou o partido para o fato:

Nas novas condições históricas, devemos raciocinar e atuar com clareza no tocante, de um lado, à relação entre a emancipação e o desenvolvimento das forças produtivas sociais; e de outro lado, ao reajustamento e aprimoramento das relações de produção. Isso nos ajudará a reformar e reajustar conscientemente aquelas partes da superestrutura que tenham deixado de corresponder ao desenvolvimento da base econômica. (Grifo nosso)

Embora Jiang Zemin tenha posto ênfase, inicialmente, na questão do recrutamento de membros das forças produtivas avançadas, ele e seus assessores foram ampliando o alcance da nova representatividade do PCC, vindo a assimilar, sob o conceito, fenômenos como: a globalização, o avanço da ciência e da tecnologia, e a diversificação da sociedade chinesa. No relatório político apresentado ao XVI Congresso Nacional do PCC (2002), Jiang propôs a construção, na China, de uma “sociedade de bom conforto” (conceito confuciano). Os observadores ocidentais não parecem ter percebido todo o significado desse novo conceito, mas na China não faltou quem o distinguisse como a tomada de consciência de que se tornara recomendável mudar o modelo de desenvolvimento econômico em vigor, com seus grandes desequilíbrios entre o litoral e o interior: entre as zonas urbanas e o campo. Em termos ideológicos, o conceito podia ser visto como a rejeição do princípio ocidental da classe média como alicerce da democracia representativa. Analistas chineses puderam apresentar a visão de uma “sociedade do bom conforto” como mensagem, ao povo chinês e ao mundo, de que a RPC dispunha-se a definir seus próprios caminhos, oferecendo a todos a perspectiva de uma vida confortável.

Hu Jintao, o futuro líder da “Quarta Geração”, tornou-se, desde sua ascensão ao CPBP em 1992, um cultor ostensivo do conceito das “Três Representações”, mas sabendo sempre introduzir no discurso suas próprias interpretações. Em um simpósio em julho de 2003, já como Secretário Geral do PCC, Hu defendeu uma nova linha para a atuação do partido, pondo ênfase nos aspectos das “Três Representações” que falavam do interesse do grande público e de um governo representativo das massas. Em um discurso na Escola Central do Partido, em 2005, Hu Jintao deu corpo à visão de uma “Sociedade Socialista Harmoniosa”, a qual, na sua descrição, deveria caracterizar-se como democrata, respeitosa da Lei, justa, sincera e franca; plena de vitalidade em harmonia, por fim, com a Humanidade e o Meio Ambiente. Ao longo do seu mandato, Hu Jintao elaborou essa versão mais rica do futuro chinês, tendo a “Sociedade Socialista Harmoniosa”

como o grande objetivo e o conceito da “Perspectiva Científica do Desenvolvimento” (inscrito na Constituição do PCC no XVII Congresso, ao lado das “Três Representações”) como a estratégia que permitirá chegar lá.

Radiografia da “quinta geração”

Na seção anterior, procurei explicar o que têm em vista os chineses, ao apresentarem ao mundo o seu governo definindo-o como uma “geração”. A ideia central é que o desenvolvimento futuro da China foi tomado em mãos pelo encadeamento de coortes de dirigentes, cada uma delas composta por indivíduos de certa faixa etária e com posicionamentos políticos convergentes, os quais se espalham pelas instâncias superiores do partido, das Forças Armadas, do governo, e cada vez mais, da cultura, da ciência e do grande empresariado. Cada coorte corresponde, grosso modo, a uma geração, no topo da qual se situa o colegiado que dirige o PCC e, por conquista revolucionária, o país. Os órgãos da Administração obedecem a um organograma próprio, que funciona em paralelo, mas vinculado de perto às instâncias do partido. A ANP, que se reúne uma vez por ano, no mês de março, referenda a cada cinco anos as escolhas de dirigentes feitas no fim do ano anterior, no Congresso Nacional do PCC: seu próprio presidente, ou Chefe do Legislativo; o Presidente da República; o Primeiro Ministro. Este último preside o Conselho de Estado: o Gabinete Ministerial. Os Ministros de Estado são, na China, governantes de terceiro escalão, essencialmente técnicos.

O colegiado no topo do PCC, anteriormente mencionado, é o CPBP, grupo de sete membros do Birô Político que permanece em Pequim para governar (por meio do seu Secretariado) o dia a dia da China. Nenhum desses sete foi eleito em algum tipo de eleição reconhecível nas democracias ocidentais. Mas tampouco saiu de alguma conjura palaciana. As carreiras desses dirigentes são plenamente reconstituíveis, e mostram a ascensão ao longo de décadas de jovens ambiciosos, que repetem com pertinácia a rota das “duas linhas” descrita por Mao Zedong. Para o fundador do PCC, um jovem que aspire chegar ao topo do partido deve dedicar-se, ao longo dos anos, à ótima implementação das tarefas de gerenciamento que lhe forem sendo incumbidas (primeira linha), sob supervisão e ajuda (segunda linha) de um ou mais padrinhos políticos, dirigentes mais experientes conhecidos como mentores, que avaliem e orientem as qualidades e oportunidades do pupilo. Com o máximo de objetividade, supõe-se, havendo no partido normas não escritas que coibem o nepotismo puro e simples. Nosso jovem

ambicioso terá, assim, de ser feito um dia delegado ao Comitê Central; ser eleito e, eventualmente, reeleito membro; ascender ao Birô Político; e finalmente, ser escolhido para o Comitê Permanente. Poucos são os que cumprim todo esse itinerário a tempo de chegar ao topo ainda em idade válida.

Será interessante, a essa altura, descrever no essencial as carreiras dos dois dirigentes que, havendo sido confirmados no XVIII Congresso Nacional do PCC (novembro/2012) como integrantes do novo CPBP, foram nomeados na ANP de março/2013, Presidente da República e Primeiro Ministro. Respectivamente, Xi Jinping e Li Keqiang. A dupla de quem se espera a definição prática das realizações que caracterizarão o momento histórico da “Quinta Geração”. Para a carreira de Xi Jinping vou apoiar-me basicamente em duas fontes, acessíveis a qualquer um: (1) o livro *How China's Leaders Think*, de Robert Lawrence Kuhn (BUNNEL et HIGGITT, 2011), manancial de informações sobre os dirigentes da Terceira e da Quarta Gerações, do qual é possível extrair uma quase biografia de Xi Jinping; (2) o artigo de Jean-Pierre Cabestan (conhecido sinólogo francês) “*Xi Jinping est-il le dirigeant réformiste dont la Chine a besoin*” em *Perspectives Chinoises* (Nº 3/2012), revista publicada em Hong Kong. O semanário londrino *The Economist* tem também um longo artigo, “*The man who must change China*”, no número de 27/10/12. No seu estilo entre sarcástico e informativo, o semanário deu ênfase ao período entre 2002 a 2007, durante o qual Xi Jinping, então nos seus 50 anos, foi o Secretário do PCC na província de Zhejiang. Com 50 milhões de habitantes, Zhejiang é a província mais rica da China, e Xi Jinping teve lá mais de quatro anos de aprendizado no gerenciamento de uma economia de mercado moderna, ao mesmo tempo que dava um cuidado especial ao desenvolvimento da cidade serrana de Xiajiang, levando adiante projetos de modernização rural. Ele hoje é cultuado em Xiajiang.

Xi Jinping nasceu em junho de 1953, filho de Xi Zhongxun, um veterano da Revolução Comunista e que na época colaborava de perto com Chu En-lai. Nasceu, pois, bafejado pelas facilidades que cercam, na China, o que lá se diz “um principezinho”: residência no “condomínio fechado” de Zhongnanhai, onde vive a cúpula do regime; acesso a boas escolas, e coisas assim. Só que na China de Mao essa vantagem era relativa. Quando ele tinha 9 anos, seu pai foi fulminado, com antecipação sobre a Revolução Cultural, pela acusação de liderar um “grupo anti-partido”. Anos negros seguiram-se para a família. O pai foi posto na prisão, a mãe, enviada a um campo de trabalho; a escola de Jinping logo seria fechada, e, aos 14 anos,

ele seria mandado “reeducar-se” em uma aldeia atrasada. Sua biografia oficial afirma que nos seis anos em que lá permaneceu, soube conquistar a confiança e a admiração dos camponeses, ao mesmo tempo em que seguia estudando em silêncio, graças à pilha de livros que havia carregado para o exílio. A família Xi manteve-se de todo modo fiel ao PCC, e, no começo dos 1970, com a primeira reabilitação de Deng Xiaoping, puderam também recuperar-se. O pai só o fez plenamente em 1978, sendo nomeado, em 1979, Secretário do partido na província de *Guangdong*, onde teve papel de relevo na instalação das Zonas Econômicas Especiais de *Shenzhen* e *Zhuhai*. O jovem Jinping conseguiu ser aceito no PCC, em 1974, e matricular-se na Universidade *Qinghua*, em Pequim, formando-se em Engenharia Química.

Xi Zhongxun foi o primeiro e permanente “padrinho” do próprio filho. Após a formatura do mesmo, o pai conseguiu que fosse trabalhar no Escritório de Assuntos Gerais do Conselho de Estado, aproximando-o também de um antigo camarada seu, Geng Biao, na época Secretário Geral da Comissão Militar Central, instância ancilar à Secretaria Geral do PCC, detentora do Comando Geral das Forças Armadas. O jovem Jinping veio a ocupar, por uns quantos anos, funções no Exército, guardando desse tempo bons contatos no oficialato. Anos mais tarde, ele se casaria em segundas núpcias com Peng Liyuan, uma oficial de carreira, hoje General de Brigada, famosa em toda a China como cantora de árias patrióticas. Essa vertente da sua carreira terá contribuído para que, ao ser empossado Secretário Geral do PCC, no XVIII Congresso (novembro 2012), Xi Jinping tenha assumido imediatamente a chefia da CMC, posto que Hu Jintao levaria mais de dois anos para alcançar.

Em 1982, Xi Zhongxun entrou para o Birô Político e, certamente, influenciou na decisão estratégica do filho de deixar Pequim para encetar um longo circuito por postos provincianos. Inicialmente, na zona rural da província de *Hebei*, mas logo se transferindo para a província costeira de *Fujian*, que faz face a *Taiwan*, o que lhe permitiria desenvolver boas relações com empresários taiwaneses. Jinping permaneceria durante dezessete anos no *Fujian*, galgando postos na administração e no partido, até chegar a Governador da província, em 1999. Dois anos antes, aos 43 anos, ele havia sido eleito membro-suplente do Comitê Central do PCC. Foi nesse período que ele fez uma viagem de trabalho aos EUA (1985), hospedando-se durante algum tempo na casa de uma família de *Muscatine (Iowa)*. No mesmo período, arranjou tempo para levantar um Doutorado em Direito,

na Universidade *Qinghua*. Em 2002, Xi Jinping foi nomeado Secretário do partido na província vizinha de *Zhejiang*, notável por ter a maior concentração de empresas privadas entre as províncias do país. A carreira de Xi estava ganhando aceleração, e em março de 2007 ele era transferido para secretariar o partido em Xangai. Com isso, segundo uma regra não escrita aplicável aos quatro municípios autônomos de Pequim, Xangai, *Tianjin* e *Chungqing*, Xi tornara-se membro *ex-ofício* do Birô Político. Sete meses mais tarde, no XVII Congresso Nacional do PCC, viria a nomeação plena para o BP e, em um golpe de teatro, sua entrada direta no CPBP.

Nesse mesmo Congresso (2007), no qual estava sendo reconfirmado o mandato da Quarta Geração, Li Keqiang também ascendeu ao CPBP, repetindo o notável *timing* da promoção de Xi Jinping. Xi Jinping estava com 54 anos e Li Keqiang com 52. A expectativa na cúpula do regime era que os dois estavam sendo preparados para liderar a Quinta Geração e gozariam, então, de amplos cinco anos para os retoques finais, na idade perfeita para cumprirem, a partir de 2012, o mandato de dez anos que os estava esperando. Em 2007 falou-se muito de que o Secretário-Geral Hu Jintao gostaria de passar o bastão a Li Keqiang, seu velho aliado da Liga da Juventude Comunista. Prevaleceu, no entanto, a escolha de Xi Jinping para pré-candidato à Secretaria-Geral, inclusive, segundo constou, após uma colera de votos entre os membros do CPBP da Quarta Geração, conduzida pessoalmente pelo influente Zeng Qinghong. Li Keqiang teve de contentar-se com a segunda posição, de futuro Primeiro Ministro.

Diferentemente de Xi Jinping, Li Keqiang nasceu em berço modesto em 1953. Seu pai era um pequeno funcionário público na província interiorana de *Anhui*. Após o ginásio, foi arrastado pela Revolução Cultural e mandado servir numa brigada de trabalho de fazenda coletiva. Com o fim da Revolução Cultural pôde matricular-se na Universidade de Pequim, onde se formou em Direito (1982). Distinguiu-se na militância estudantil, na universidade inicialmente, mas chegando depois a posição de liderança na Liga da Juventude Comunista, como próximo colaborador de Hu Jintao, que se tornaria um de seus “padrinhos”. Em 1998, Hu foi nomeado para a Vice-Presidência da República e agenciou a designação de Li Keqiang para Vice-Governador e logo Governador da província de *Henan*. Li estava com 43 anos, notabilizando-se na época como o mais jovem governador de província, detentor além do mais de um Doutorado (em Economia, pela Universidade de Pequim). A passagem de Li pelo *Henan* foi expressiva. Ele modernizou a agricultura da província, elevando-a a maior produtora de

grãos do país, e disciplinou também o fluxo da mão de obra rural excedentária para as regiões em industrialização. Em 2004, Li foi transferido do *Henan* para a província de *Liaoning*.

Essa transferência vinha marcada pela expectativa do “padrinho” Hu Jintao de ver Li Keqiang arredondar, com brilho, sua folha de serviços ao partido e ao Estado (primeira e segunda linhas na carreira de um dirigente chinês). A província de *Liaoning* compõe, com as de *Heilongjiang* e *Jilin*, o Nordeste da China. O grande reduto da indústria pesada da era de Mao, que se tornara problemático com as reformas econômicas de Deng Xiaoping e o enriquecimento da faixa costeira central. Em 2003, os líderes da Quarta Geração haviam lançado, sob o lema “Dar Nova Vida ao Nordeste”, um programa de reorganização da estrutura industrial da área, com ênfase na correção do desemprego e no aperfeiçoamento dos recursos humanos. Li foi chamado para levar adiante o programa no *Liaoning*. Ele correspondeu às expectativas, distribuindo seu trabalho em três frentes: a Baía de *Jinzhou*, no Sudoeste da província; a área central em torno da capital *Shenyang*; e a região portuária de *Dalian*, uma península sobre o Mar Amarelo. Na área central cabe destacar a recuperação da cidade de *Anshan*, outrora conhecida como “a capital do ferro e do aço”, que foi revitalizada graças a modernas aciarias. Contudo, a grande realização foi *Dalian*, em vias de tornar-se uma das mais florescentes metrópoles da China, grande centro de alta tecnologia e de moda. Em 2007, *Dalian* sediou a primeira das conferências anuais com empresários e autoridades dos quatro cantos do mundo, que são chamadas de “Davos do Verão”. Li Keqian estava acumulando credenciais para a ascensão ao CPBP.

O ingresso de Xi Jinping e Li Keqiang na segunda metade do mandato da Quarta Geração deu realismo à expressão usada anteriormente, mencionando “encadeamento das gerações”. Aparentemente, vai firmar-se a prática de receber na linha de frente da geração em curso elementos da geração seguinte, como elos de uma cadeia. Quando Deng Xiaoping coordenou a montagem da Terceira, colocou nela Hu Jintao, já destinado a chefiar a Quarta, e, quando em seguimento ao XVI Congresso do PCC (2002), cuidou-se de eleger os membros do CPBP da Quarta Geração, apenas Hu Jintao não foi substituído. Isto também aconteceu na renovação do CPBP, após o XVIII Congresso (2012): apenas Xi Jinping e Li Keqiang permaneceram inamovíveis. Nessa ordem de ideias, é interessante verificar que Xi e Li são também os únicos, na composição do novo CPBP, com idade para cumprir o mandato de dez anos dentro do limite etário em vigor (70 anos);

os outros cinco têm idades em torno de 65 anos, parecendo, assim, fadados a rodar no XIX Congresso, em 2017. Tudo faz crer que haverá, então, uma ampla renovação do CPBP, com o aproveitamento de candidatos preteridos em 2012. Isto é ainda mais expressivo com o aparecimento de quadros destinados a liderar a Sexta Geração.

A este último respeito, cabe trazer à colação um artigo de Leslie Hook, correspondente do *Financial Times*, de Londres (reproduzido pelo paulistano *Valor*, de 13/11/12), no qual o autor especula sobre nomes possíveis para essa Sexta Geração. Ele havia analisado as chances de cerca de 100 autoridades, atualmente com idades apropriadas para receberem mandatos no CPBP, na década entre 2022 e 2032, e que já exibem madureza suficiente para corresponderem às exigências dos cargos. Uma das características mais marcantes dessa coorte de dirigentes é o fato de terem formação acadêmica mais diversificada do que a das gerações anteriores, sendo, em sua maioria, formados na área das ciências exatas. Hook dá relevo a Zhou Qiang, advogado que administra a província de *Hubei*; Su Shulin, ex-presidente da estatal Sinopec, e atualmente governador da província de *Fujian*; Sun Zhengcai, cientista da área agrícola, com funções de liderança na província de *Jilin*. O grande destaque é dado, porém, a Hu Chunhua, de 49 anos, que em 2012 entrou para o Birô Político. Nascido em uma família pobre da província de *Hubei*, teve sua primeira oportunidade aos 16 anos, ao tornar-se a primeira pessoa do seu município a obter matrícula na Universidade de Pequim, onde conviveu com Li Keqiang, o atual Primeiro Ministro. Sua biografia oficial registra que ele precisou trabalhar, carregando entulho na construção de uma barragem, a fim de pagar pelos seus estudos. Formou-se em 1983, e recusou a possibilidade de um cargo em Pequim, optando pela escolha estratégica de partir para o interior. Aceitou uma posição na Liga da Juventude Comunista no Tibete, onde colaborou com Hu Jintao, que se tornou um “padrinho”. A partir de então sua carreira deslanchou no interior da Liga e nas administrações provinciais, levando-o a Governador da sua província natal de *Hebei* (2008). Hoje, Chunhua é o principal dirigente do partido na Mongólia Interior.

O “encadeamento das gerações” contribui, também, para a reconhecida eficiência dos altos dirigentes chineses. Li Keqiang, por exemplo, tornou-se vice do Primeiro Ministro Wen Jiabao, ao ingressar para os últimos cinco anos do mandato da Quarta Geração, tal como Wen Jiabao havia sido vice de Zhu Rongji (Terceira Geração), embora Wen ainda só fosse membro do BP, mas já cotado para suceder a Zhu Rongji. Dessa forma, vemos que

tanto Hu Jintao quanto Xi Jinping atuaram como Vice-Presidentes nas gerações anteriores às suas. O positivo nessa prática é o grande entrosamento que vai sendo construído entre incumbente e substituto, no topo do governo, de maneira a garantir a continuidade das tarefas.

Havendo apresentado, em traços rápidos, as trajetórias que trouxeram Xi Jinping e Li Keqiang à liderança da Quinta Geração, numa ascensão notável pelo *timing* que deu aos dois o tempo certo para um mandato de dez anos, parece cabível perguntar: por que foram as outras cinco vagas do CPBP preenchidas com dirigentes já em idade que mal lhes permitirá cumprir metade do dito mandato?

Como tela de fundo para uma resposta, tenha-se presente que o PCC, embora partido disciplinado e coerente no seu funcionamento, longe está de ser organização monolítica. Nele, coexistem complexas redes de personalidades envolvendo burocracia, geografia e interesses políticos e familiares, as quais foram, inconvenienteamente, trazidas à tona na fase de preparação do XVIII Congresso pelo traumático episódio da demissão de Bo Xilai do Birô Político e da chefia do partido na Municipalidade Autônoma de *Chungking*. Isso exigiu de Xi Jinping um esforço especial pelo equilíbrio entre facções.

Isto dito, cabe salientar que não há reparos a fazer à capacidade dos cinco escolhidos em questão. Eles, apenas, estavam sendo alcançados por aquela eventualidade que eu registrei mais acima: o descompasso entre a marcha da carreira e o avanço da idade. O analista americano Stephen S. Roach comentou, em artigo de jornal, que os cinco trouxeram para o comando do país uma ampla gama de experiências e competências. Três deles, em especial – Yu Zhengsheng, Zhang Dejian e Zhang Gaoli – ocupavam altos cargos em três dos mais dinâmicos centros urbanos da China: Xangai, *Chungking* e *Tianjin*. Seu grande conhecimento dos problemas do binômio urbanização/desenvolvimento poderá mostrar-se valioso para a próxima etapa da modernização chinesa, a ser enfrentada com grande prioridade pela Quinta Geração: a absorção urbana de 300 milhões de camponeses. Um quarto dentre os escolhidos, Wang Qishan, muito respeitado nos meios financeiros internacionais, comandou bancos estatais chineses nos anos 1980 e 1990 e tornou-se muito popular entre os diplomatas acreditados em Pequim. Muitos achavam que ele estava mais talhado para o posto de Primeiro Ministro do que Li Keqiang, mas a sua idade não deixou. No novo CPBP, foi designado para liderar o esforço magno de combate à corrupção. Cabe ainda registrar que, em março de 2013, Zhang Dejian foi eleito Presidente da ANP, o Legislativo chinês.

O reequilíbrio de facções na composição final do CPBP da Quinta Geração implicou, é claro, a preterição de candidatos que pareciam seguros. O caso mais em vista foi o de Li Yuanchao, dono de uma folha de serviços impecável, cooptado para o Birô Político em 2007, e que nos últimos dois anos apareceu muito na imprensa chinesa, em conjunção com o nome de Xi Jinping, no desempenho de missões partidárias. Li Yuanchao notabilizou-se, no período 2002 a 2007, como promotor de reformas políticas moderadas na Província de *Jiangsu*, por ele então chefiada. Depois do ingresso no BP, foi nomeado para dirigir o poderoso Departamento de Organização do PCC. Ele nasceu em 1950, parecendo assim duvidoso que ainda possa entrar no CPBP, no Congresso do partido em 2017. De todo modo, ele não ficou inaproveitado. Na sessão de março da ANP, foi nomeado Vice-Presidente da República, funções que eram ocupadas na Quarta Geração por Xi Jinping, membro pleno do CPBP. Li Yuanchao atuará, então, como um oitavo membro, virtual, do CPBP da Quinta Geração.

Esse aproveitamento de Li Yuanchao confirma a ideia de que o CPBP é apenas a face pública da geração, conceito que tem um alcance muito maior. Sob ele se alinharam quadros da Administração, das Forças Armadas, e crescentemente das Artes, da Ciência e do Empresariado, portadores de umas quantas características que distinguem a nova geração. Especialmente digna de nota foi a remodelação no comando das Forças Armadas, que acompanhou a passagem da Quarta para a Quinta Geração. Sete dos dez mais altos postos da Comissão Militar Central (CMC) tiveram seus ocupantes mudados. O comando foi agora ocupado por uma leva de oficiais nascidos em torno de 1950, vale dizer, nascidos depois da Revolução Comunista e vitimados pela Revolução Cultural. Muitos tiveram períodos de trabalho no campo, mas depois puderam seguir cursos superiores.

Mencione-se, para concluir, a remodelação do Conselho de Estado, o mais alto órgão executivo da Administração, com cerca de 150 membros e presidido pelo Primeiro Ministro. É responsável por temas relacionados a política externa, diplomacia, defesa nacional, economia, cultura e educação, cada um desses setores confiado a Ministros de Estado, no total de 27. O Conselho reúne-se várias vezes por ano, cabendo-lhe fiscalizar a aplicação das leis aprovadas pelo Legislativo. Merece relevo a saída do Ministro do Exterior da Quarta Geração, um ex-Embaixador em Washington, sem qualquer graduação política. Entrou Wang Yi, membro já reeleito do Comitê Central, também diplomata de carreira e ex-Embaixador no Japão.

Para onde vai a China?

Com a Quinta Geração havendo completado com amplitude sua instalação no poder, é lícito perguntar se a nova coorte exibe as condições para levar adiante as reformas políticas e econômicas, de cuja imperiosidade não cessam de falar os próprios dirigentes. Em artigo para a *Foreign Affairs*, datado de 17/04/13, o sinólogo Evan A. Feigenbaum alinha uma série de argumentos que estão sendo brandidos por pessimistas de diverso jaez, prevenindo o insucesso dos esforços chineses. Feigenbaum, no entanto, acautela esses pessimistas para o fato de que a China (o regime reinventado por Deng Xiaoping, vale dizer) tem sabido provocar surtos de reforma (como foi o caso sob o Primeiro Ministro Zhu Rongji), se condições favoráveis estão presentes. Ele acha que tais condições, entre as quais tem relevo a qualidade dos dirigentes no comando, estão reunidas nesse momento. Há realmente uma lição dos tempos modernos, segundo a qual a possibilidade de sustentar um crescimento de longo prazo depende, fundamentalmente, da aptidão de reformar-se do regime em causa. Como procurei mostrar na primeira seção, o encadeamento das “gerações” vem, precisamente, dando flexibilidade e adaptabilidade ao governo chinês.

Em 19 de março de 2013, cinco dias após ser empossado pela ANP como Presidente da RPC, Xi Jinping, Secretário-Geral do PCC, concedeu sua primeira entrevista à imprensa internacional. Foi um evento orquestrado minuciosamente, com perguntas submetidas de antemão, e limitado a cinco jornais, um de cada um dos cinco membros dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Xi Jinping estava a ponto de partir para sua primeira viagem ao exterior como Presidente. Essa viagem iniciou-se pela Rússia, em direção a Durban, na África do Sul, onde se realizaria a 5^a Reunião dos BRICS. O deslocamento seria também aproveitado para visitas a dois outros países africanos: um no Leste do Continente, a Tanzânia; outro no Oeste, o Congo. O jornal convidado para representar o Brasil na entrevista foi o *Valor Econômico*, de São Paulo, que enviou a Pequim a jornalista Cláudia Safatle. A íntegra da entrevista de Xi Jinping foi publicada em duas páginas inteiras do *Valor* (20/03/13), e Cláudia Safatle preparou uma análise dessa entrevista para o suplemento *EU&* (05/04/13).

Partirei desse material jornalístico para uma rápida apresentação das perspectivas que se abrem para a China no momento da chegada ao poder da Quinta Geração. Há um consenso em formação de que seu líder, Xi Jinping, é político pragmático e menos elusivo do que seu antecessor, Hu Jintao, o líder da Quarta Geração. Xi demonstrou isso na entrevista ao

equacionar com franqueza e realismo tanto a situação efetiva da China, quanto sua pretendida atuação no globo:

(1) Embora a economia da China já tenha chegado ao segundo lugar no mundo, é de salientar que o PIB per capita ainda seja bem inferior ao nível médio mundial. Há ainda um longo caminho a percorrer para a China transformar-se num país rico e forte. (2) O mundo está mudando e a China também está passando por mudanças, assim como o socialismo com características chinesas, que deve avançar conforme as mudanças das circunstâncias e condições. A China só terá dinamismo quando estiver, de forma consistente, adequada às mudanças mais recentes. Estamos dispostos a tirar proveito de todas as conquistas da civilização humana, mas não iremos simplesmente copiar e imitar o modelo de desenvolvimento de outros (...). Será seguindo o caminho escolhido pelo povo chinês, o caminho que corresponde às realidades da China, que poderemos alcançar o destino desejado. (SAFATLE, 2013)

A síntese preparada para o suplemento *EU&*, Cláudia Safatle destaca a preocupação da Quinta Geração com a criação de instituições. A linha diretriz será: sair de um Estado governado por pessoas para um Estado de direito governado pelas leis. Garantir, por exemplo, o direito de propriedade e o respeito aos contratos. A crise financeira global está precipitando, também, a transição da velha economia preponderantemente exportadora para um modelo de desenvolvimento sustentado na expansão do mercado interno. Desiderato que tornou desejável o abandono da perseguição de taxas de dois dígitos no crescimento do PIB, em favor de taxas mais moderadas, em torno de 7,5% anuais. Os dois principais dirigentes da Quinta Geração tiveram, ambos, experiência de trabalho em províncias de vanguarda na transição da economia centralmente planificada para as reformas em direção ao mercado e de abertura ao mercado internacional, lançadas por Deng Xiaoping. Estão preparados para dar continuidade às mudanças estruturais de longo prazo e dimensões gigantescas, que vão mudar a face da China.

O Professor Hu Angang, da Universidade *Qinghua*, de Pequim, estudou em livro (*China in 2020. A New Type of Superpower*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2011) a marcha da modernização chinesa. Dá ele destaque ao período 1980 a 2020, do qual mais de três quartos já foram cobertos e ao longo do qual vem a RPC acumulando conquistas em seis frentes especiais de trabalho: (1) Boa interação cultural com o resto

do mundo; (2) controle de um amplo território; (3) poder econômico e financeiro; (4) infraestrutura material de primeira ordem a serviço de número crescente de cidadãos bem educados; (5) poder militar apropriado para a defesa do país e apto a projetar influência para além das fronteiras; (6) sistema político capaz de mobilizar os recursos requeridos para a atuação global do país.

Esse excepcional progresso material da RPC causa espanto e/ou admiração mundo afora, preocupa e mesmo atemoriza uma parte da comunidade internacional. Daí que abundem análises e projeções de todo tipo, em torno do impacto e das perspectivas do crescimento chinês. É possível retirar de toda essa literatura duas indagações maiores: (1) Estará a China apta a adaptar-se à ordem mundial em mutação? (2) Estará o país hegemonic da atualidade, os EUA, disposto a conviver pacificamente com um polo alternativo de influência global?

O reatamento formal das relações diplomáticas da China com os EUA, a 1º de janeiro de 1979, em desdobramento da guinada geopolítica representada pela visita, sete anos antes, de Richard Nixon a Mao Zedong, coincidiu com o início das reformas domésticas e abertura ao exterior, já sob Deng Xiaoping. A RPC começou a modernizar-se aceleradamente, absorvendo práticas e políticas dos EUA, do Ocidente em geral e da diáspora chinesa. Essa integração da China na ordem westfaliana montada pelos anglo-americanos contribuiu, conforme assinala o internacionalista americano Chas W. Freeman Jr. (2012), para pôr fim à Guerra Fria; globalizar o Capitalismo; e impulsionar o extraordinário desenvolvimento econômico da RPC. O relacionamento China/EUA, em particular, alcançou alto grau de cooperação. Dezenas de comissões intergovernamentais coordenaram o entendimento entre as duas administrações e facilitaram a cooperação entre empresas e indivíduos nos dois países. O comércio bilateral cresceu muito, as duas economias ganharam interdependência e intensificaram-se os laços humanos: 1 milhão e meio de turistas chineses terão visitado os EUA em 2012, em troca de 2 milhões de turistas americanos visitando a China. Mais de 200 mil chineses (inclusive a filha de Xi Jinping) estudam hoje em universidades americanas.

Pequim – assinala ainda Chas W. Freeman Jr. – tem cooperado abertamente com os EUA na contenção diplomática do programa nuclear da Coréia do Norte, na dissuasão das ambições nucleares do Irã e na problemática do Afeganistão. Tem-se mostrado menos entusiasmado com as intervenções americanas, de ordem “humanitária”, em países como a Líbia e a Síria.

Esse comportamento torna claro que a China não aceita as recentes tentativas ocidentais de alterar o sistema westfaliano, com a introdução de conceitos de soberania limitada, do tipo “intervenção humanitária” ou “responsabilidade por proteger”. A China enquadrou-se na velha ordem mundial arquitetada pelo Ocidente. Mas não se mostra disposta a aceitar que o Ocidente modifique essa ordem a seu talante. (FREEMAN JR., 2012, p. 15-16)

O que não quer dizer que a Quinta Geração tenha chegado disposta a afastar-se dos EUA.

O ano de 2010 fora marcado por um nítido antagonismo do Governo Obama para com o regime chinês, em reação – dizia-se – a onda crescente de nacionalismo, que estaria levando Pequim a “gestos e ações imprudentes, gratuitamente agressivos”, os quais vinham revelando uma China bem diferente daquela com que os EUA haviam se habituado a conviver no passado. Essa suposta arrogância chinesa serviu de tela de fundo para o chamado “pivô”, graças a qual os EUA transferiram o centro estratégico da sua presença militar na Ásia, do Sudoeste do Continente para a Ásia-Pacífico, reforçando suas alianças militares com o Japão e as Filipinas; iniciando negociações estratégicas com o Vietnã; posicionando belonaves de última geração em Cingapura; estacionando fuzileiros navais na Austrália; e procurando substituir-se à China no quadro da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSEA).

Na verdade, a lógica do “pivô” deriva da autoassumida convicção dos EUA de serem potência residente na Ásia e da atribuição, à China, da pretensão de perfilar-se como adversário em paridade militar local. Os EUA não parecem dispostos, até agora pelo menos, a conviver com um novo polo de influência, mesmo que limitado à Ásia. Eles gostariam de ver a China adaptando-se às leis e normas internacionais, e mais precisamente, à versão americana delas como um outro Japão. Arrogam-se, assim, o direito a monitorar os avanços militares chineses, enfrentando a reiterada rejeição de tal direito pela China. A esse respeito, cabe recordar o episódio de 2003, quando um caça chinês interceptou aeronave espia americana, forçando-a a descer em base aérea na Ilha de *Hainan*, e a abordagem por patrulha naval chinesa, em março de 2009, do *USNS Impeccable*, que estava empenhado em “pesquisas hidrográficas” nas imediações de uma base de submarinos, na mesma Ilha de *Hainan*.

Em que pese aos atritos que têm daí resultado, a equipe de Xi Jinping mostra-se disposta a conversar com Washington. Tanto o novo Secretário

do Tesouro de Barack Obama, Jack Dew, quanto o novo Secretário de Estado, John Kerry, já foram recebidos em Pequim para conversas de alto nível. A revista *The Economist* (23/03/13) examinou a nova composição no topo da diplomacia chinesa, responsável por esse tipo de contatos. Nenhum dos 25 membros do novo Birô Político, com exceção do próprio Xi Jinping, tem experiência em relações internacionais, e o Secretário-Geral parece ter procedido às mudanças, registradas no final da segunda seção deste trabalho, com o propósito de reforçar sua capacidade de atuação. O antigo e calejado Ministro do Exterior, Yang Jiechi, foi promovido a Conselheiro de Estado e cooptado para servir como Assessor Sênior de Xi Jinping, enquanto a pasta do Exterior era confiada a Wang Yi, com experiência de três anos como Embaixador no Japão, mas que, sobretudo, detém maior peso político do que seu antecessor, como membro pleno do Comitê Central do PCC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGANG, H. *China in 2020. A New Type of Superpower*. Washington. Brookings Institution Press, 2011.
- BUNNELL, T. HIGGITT, D. *Singapore Journal of Tropical Geography*. Southern Gate, Chichester, West Sussex. U. K. John Wiley & Sons, 2011.
- CABESTAN, J. P. *Xi Jinping est-il le dirigeant réformiste dont la Chine a besoin*. *Perspectives Chinoises* n. 3. Hong Kong. 2012.
- ECONOMIST, T. *The man who must change China*. *The Economist* 27/10/2012.
- FEIGENBAUM, E. A. *The rise of China's reformers? Foreign Affairs*. 17/04/2013.
- FREEMAN JR., C. W. *Interesting times: China, America, and the shifting balance of prestige*. Charlottesville: Just World Books, 2012.
- KUHN, R. L. *How China's leaders think*. In BUNNELL, T., HIGGITT, D. *Singapore Journal of Tropical Geography*. Southern Gate, Chichester, West Sussex. U. K. John Wiley & Sons, 2011.
- LI, E. X. *The life of the party*. *Foreign Affairs*. 2013.
- SAFATLE, C. *Xi Jiping prevê reformas sem copiar modelos*. *Valor Econômico*. 20/03/2013.

SHAMBAUGH, D. *China's Communist Party*. Berkeley: University of California Press, 2008.